



1. Este texto trata da arquitetura vernácula, tema central da tese de doutorado "Origens e transformações da arquitetura vernácula do ciclo do ouro", defendida pela autora no ano de 2005 na Universidad de Valladolid, Espanha.

2. Engenheira-arquiteta, doutora em Arquitetura pela Escuela Técnica Superior de Valladolid, Espanha, professora de História da Arquitetura e de Paisagismo no Centro Universitário de Belo Horizonte, Uni-BH.

# CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARQUITETURA VERNÁCULA<sup>1</sup>

*CONSIDERATIONS ON VERNACULAR ARCHITECTURE*

Claudia Mudado Teixeira<sup>2</sup>

## **Resumo**

Através da leitura de diversos autores, este texto aborda as definições do termo “arquitetura vernácula” e as suas diferenças em relação à arquitetura primitiva, com a qual muitas vezes é confundida. Essa diferenciação e definição tornam-se importantes, principalmente para aqueles que se iniciam em seu estudo. Além disso, o texto tece algumas considerações sobre a origem da arquitetura vernácula brasileira e a necessidade de sua preservação, um tema pouco pesquisado e valorizado no Brasil, considerando sua fragilidade e a ameaça de seu desaparecimento, antes mesmo de haver sido estudada.

**Palavras-chave:** Arquitetura vernácula; Arquitetura primitiva; Patrimônio cultural.

## **Abstract**

Based on various authors, this text considers definitions of “vernacular architecture” and how it differs from primitive architecture, which it is often mistaken for. This differentiation and a definition of the term are of utmost importance to those who have just begun their studies. The text also considers the origins of vernacular architecture in Brazil and the need to preserve it. This theme is scarcely researched into or valued in the country, so, the fragility of the subject and the chances of its disappearing even before being studied are also taken into account.

**Key words:** Vernacular architecture; Primitive architecture; Cultural heritage.

O conceito de arquitetura vernácula ou popular é muito recente em todo o mundo. Seu estudo começou a ter interesse na Inglaterra do final do século XIX, através de arquitetos como Lutyens, Voysey e Webb, que reconheciam suas qualidades de simplicidade, além da harmonia que essa tradição estabelecia com o entorno. Mas, no início do século XX, o assunto não causava interesse generalizado entre os arquitetos, o que retardou por muito tempo a conscientização do movimento moderno sobre sua importância.

Apesar disso, alguns prestaram atenção nas construções do passado, sendo Frank Lloyd Wright um dos pioneiros a valorizar e a utilizar as formas vernáculas como fonte de inspiração em seus projetos.



**Figura 1 • Casa-estúdio** – Taliesin – Frank Lloyd Wright/1911 Wisconsin  
Fonte: [www.taliesinpreservation.org](http://www.taliesinpreservation.org).  
Acesso 21/4/2005.

Outros importantes nomes do movimento moderno também cederam à beleza da arquitetura vernácula, principalmente a japonesa, e influenciados por ela projetaram várias casas, entre eles Bruno Taut, o próprio Wright, Walter Gropius. Entretanto, esses projetos estavam fora de contexto, implantados em locais distantes da arquitetura vernácula que os inspirou.

Na segunda década do século XX, Le Corbusier também mostrou seu interesse pela arquitetura tradicional, afirmando que o folclore proporcionava informação muito importante e profunda sobre as necessidades humanas, satisfazendo o homem e fazendo-o saborear “a abundância dos bens materiais e espirituais”. “O folclore<sup>3</sup> põe em jogo a intenção poética, a intenção de agregar materialismo em benefício da sensibilidade, a manifestação de um instinto criador”. Com essas palavras, Corbusier valorizava e fazia uma reflexão sobre a relevância da arquitetura tradicional (CORBUSIER, *apud* VÉJAR, 1989).

Marcel Breuer (1956, p. 38) escrevia na Revista **Sun and Shadow**:

*Pode, talvez, resultar paradoxo estabelecer um paralelismo entre certos aspectos da arquitetura vernácula, ou da arte nacional e o movimento moderno. No*

3. A palavra “folclore” foi criada em 22 de agosto de 1846 pelo arqueólogo britânico William John Thoms, unindo os vocábulos folk (povo) e lore (ciência), em carta publicada no jornal londrino *The Athenaeum*.

*entanto é interessante notar que essas tendências diametralmente opostas têm dois traços em comum: o caráter impessoal de suas formas e a tendência a desenvolver-se de acordo com diretrizes típicas e racionais, que não resultam afetadas por modismos passageiros.*

No Brasil, o interesse pela arquitetura vernácula começou a ter maior destaque no início do século XX, com Ricardo Severo e Ernesto Viana, durante a comemoração do centenário da Independência, em 1922, quando ocorreu uma intensa produção de textos sobre o assunto, coincidindo com um momento de valorização da cultura nacional.

Gilberto Freyre abordou o tema como ninguém. Em 1933, o sociólogo escrevia **Casa-grande e senzala** e em 1936 **Sobrados e mocambos**. Em ambas as publicações abordava o tema de maneira profunda, analisando o processo de adaptação do homem ao meio e suas relações sociais.

Em 1937 o autor escrevia **Mocambos do Nordeste**, publicado pelo Iphan, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mostrando a importância dada por esse órgão ao assunto.

O movimento modernista brasileiro também teve um ardoroso defensor da arquitetura vernácula, o arquiteto e urbanista Lúcio Costa.

O ideal moderno rompeu com o neocolonial e a arquitetura de estilos, mas Lúcio Costa se interessava pela arquitetura vernácula como fonte de conhecimentos para a arquitetura moderna, principalmente “em seus aspectos de adaptação ao meio, justeza das proporções e ao saber popular”. Em 1937, Lúcio Costa escrevia **Documentação necessária**, em que afirmava que a arquitetura brasileira ainda não havia sido suficientemente estudada devido à inexistência de estudos sobre a casa, principalmente a vernácula.

De acordo com Costa, essa arquitetura possuía um grande significado, “valorizando a coisa legítima da terra”, e era tão importante quanto a erudita. Além disso, os arquitetos deveriam aprender as lições dos antigos mestres e pedreiros, pois acumulavam uma experiência de trezentos anos. Costa (1937, p. 91) também contestou as discriminações da-queles que só viam qualidades nas construções eruditas, afirmando:

*Ora, a arquitetura popular apresenta em Portugal, a nosso ver, interesse maior que a ‘erudita’ – servindo-nos da expressão usada, na falta de outra, por Mário de Andrade, para distinguir da arte do povo a ‘sabida’. É nas suas aldeias, no aspecto viril das suas construções rurais a um tempo rudes e acolhedoras, que as qualidades da raça se mostram melhor. Sem o ar afetado e por vezes pedante de quanto se apura, aí, a vontade, ela se desenvolve naturalmente, adivinhando-se na justeza das proporções e na ausência de make up, uma saúde plástica perfeita, se é que podemos dizer assim.*

3. A expressão “fase heróica”, no que diz respeito à narrativa sobre a trajetória da instituição, refere-se à gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), entre 1937 e 1967.

Para o citado arquiteto, o conhecimento das construções populares traria benefícios às novas experiências da arquitetura moderna, através da compreensão de seus sistemas construtivos, das soluções de suas plantas e dos programas arquitetônicos.

Entretanto, a bibliografia e a pesquisa, no Brasil, que abordam a arquitetura erudita são bastante amplas se comparadas aos estudos realizados sobre a arquitetura vernácula até o momento. Essa arquitetura, no caso brasileiro, realizada com técnicas que utilizam a terra crua como principal material de construção, está relacionada com a falta de recursos técnicos e a pobreza.

Rodrigo de Mello Franco de Andrade (1937, p. 9-10), presidente do Iphan naquela época e um de seus idealizadores, já criticava o descaso pelo estudo da casa vernácula brasileira:

*A história da architectura brasileira se processou apenas sob a influência dos estylos eruditos importados da Europa. Ao parentesco que tenham acaso os nossos monumentos considerados artísticos com typos de habitação criados no Brasil pelo engenho popular não se prestou ainda quasi nenhuma atenção.*

No entanto, a desvalorização da terra como material construtivo não é privilégio do Brasil. De acordo com os dados da Associação Brasileira dos Construtores de Terra (ABCTerra) o problema teve início há pouco mais de três séculos, quando a terra crua foi substituída pelo tijolo cozido, posteriormente industrializado, e exigindo em sua produção a queima de madeira, energia fóssil ou eletricidade. Promovidos pela sociedade industrial, inicialmente rica em energia, o tijolo cozido e o cimento passaram a ser utilizados em larga escala, e, a partir de então, a casa de terra crua passou a significar habitação característica dos menos favorecidos.

A partir da década de 1970, as técnicas tradicionais de construção passaram a ser vistas com interesse por pesquisadores europeus, ganhando espaço em pesquisas acadêmicas e científicas daquele continente, como solução alternativa para o problema da falta de energia, surgida com a crise dos recursos energéticos em todo o mundo. Essa crise gerou movimentos de preservação ambiental e a preocupação com a renovação dos recursos naturais. Apesar do interesse despertado e das pesquisas realizadas, inclusive no Brasil, na busca de alternativas que tornem a construção de terra crua mais resistente à ação do tempo, podem ser consideradas, em números insignificantes, as construções, projetadas por arquitetos, feitas com técnicas tradicionais.

Entre os diversos autores que trataram da arquitetura vernácula, verifica-se a existência de muitos termos utilizados para designá-la, sendo os mais comuns: arquitetura folk; rural; tradicional; popular; vernácula e primitiva. Além disso, a definição dada a cada termo difere de autor para autor.

Essa variedade de termos e definições pode confundir aqueles que se iniciam em seu estudo, principalmente o da arqui-

tetura vernácula brasileira, já que a maioria dos autores brasileiros considera que no Brasil não existe uma arquitetura vernácula, mas uma arquitetura popular portuguesa adotada nos trópicos, e que nossa arquitetura vernácula é a indígena.

A definição e a distinção entre os termos “arquitetura vernácula” e “arquitetura primitiva” são muito importantes para o estudo de ambas. Por isso, este texto apresenta a seguir algumas definições e distinções, de diferentes autores, para ambos os termos.

O **Dicionário da Língua Portuguesa** de Aurélio Buarque de Hollanda define o termo “primitivo”, de origem latina, como: de primeira origem, original, inaugural; dos primeiros tempos; básico. Já o termo “vernáculo”, também de origem latina, vem de *vernaculu*, “escravo nascido na casa do senhor”; de casa, doméstico; próprio do país; próprio da região em que se está. Por sua vez, o termo “popular”, também latino, de acordo com o mesmo dicionário, significa: do, ou próprio do povo.

Apesar da preferência dada pelos autores espanhóis e portugueses ao termo “arquitetura popular”, deve ser considerado que no Brasil o mesmo está ligado às construções das favelas brasileiras e à arquitetura produzida em maior escala, cujo objetivo é abrigar grande número de pessoas nos chamados “conjuntos habitacionais”. Por isso, o termo “arquitetura vernácula” é o que melhor se aplica à arquitetura produzida por sociedades tradicionais, cujo modo de produção ainda apresenta formas do período pré-industrial.

Francisco Morales (1993, p. 18), introduzindo o livro **Arquitetura vernácula en México**, também dá preferência ao termo, pois acredita que a palavra “popular” tenha sofrido desgaste, em decorrência de seu uso para designar a habitação popular das áreas periféricas das grandes cidades.

Em seu livro **Vivienda y cultura** (1972, p. 13), Amos Rapoport define arquitetura primitiva e arquitetura vernácula, apontando suas diferenças:

*A arquitetura primitiva é muito mais fácil de definir que a arquitetura vernácula, (...) a construção primitiva se refere à produção por sociedades definidas pelos antropólogos como primitivas. O termo “sociedades primitivas” se refere a certos níveis de desenvolvimento técnico e econômico, mas também compreende aspectos da organização social.*

Rapoport (1972) enfatiza que o termo “primitivo” não está ligado à construção propriamente dita, mas à sociedade que a realiza, sendo um termo relativo e que não se refere à capacidade de construir.

Monte-Mor (2001, p. 2) conta que as sociedades indígenas brasileiras não produzem excedentes para gerar uma divisão do trabalho. Isso só ocorre em função da idade e do sexo. Por isso, nessas sociedades não emerge uma classe dominante, dominadora do excedente coletivo. Nesse contexto, “de condições imediatas de sobrevivência e de primitiva divisão socioespacial do trabalho”, não há o alto grau de especialização do espaço, como ocorre em nossa sociedade.

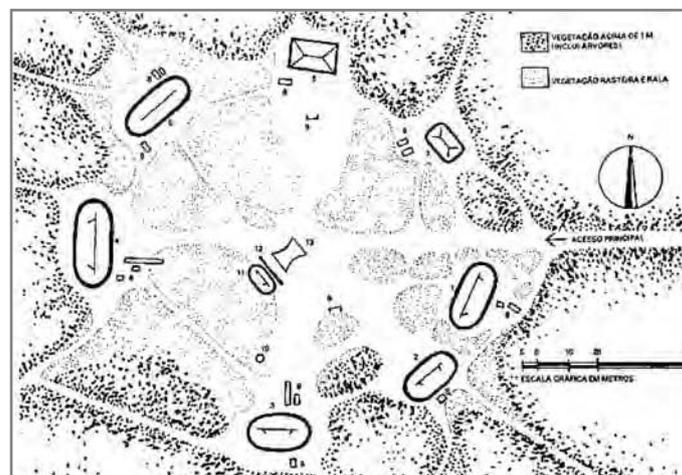
Essa falta de especialização e da divisão do trabalho afeta a concepção e a organização espacial das tribos primitivas.

Novaes (1983, p. 6) afirma que, no caso brasileiro, apesar de as sociedades indígenas não conceberem o espaço de maneira homogênea e indiferenciada, e de existirem diferenças quanto a isso entre as diversas tribos, "as atividades se dão num espaço que é, fundamentalmente, um espaço integrado (e não compartimentado como o nosso) e cujo âmbito é relativamente menor".

Redfield (1964, p. 72-73) assinala que "nas sociedades primitivas os conhecimentos estão difundidos entre todos, e que todos os aspectos da vida da tribo concernem a todo mundo", e, ainda que existam algumas especializações de conhecimento religioso, "não existe um vocabulário técnico, porque se dão poucas especializações, exceto pela idade e sexo".

Essa indistinção profissional implica que todos sejam capazes de construir sua própria casa. "Qualquer membro do grupo pode construir os edifícios de que o grupo necessita, ainda que em muitos casos e por motivos sociais e técnicos, seja um grupo maior, em cooperação, quem o faça". Essa talvez seja uma das causas para a persistência nas formas das casas das sociedades primitivas por um longo período de tempo, cujo modelo "é completamente uniforme (...) e todas as vivendas são basicamente idênticas" (RAPOPORT, 1972, p. 13-14).

As sociedades primitivas, que permanecem vivendo de acordo com as suas tradições, mantêm sua arquitetura por longos períodos de tempo, tanto nas formas quanto nos padrões construtivos.



**Figura 2 • Desenho da Aldeia Yawalapiti** – Parque Nacional do Xingu.  
Fonte : Habitações Indígenas, Sá, 1983.

Esse fato pode ser observado entre os grupos indígenas brasileiros que vivem em aldeias tradicionais e continuam a construir suas casas da mesma maneira que seus antepassados. Muitas vezes, depois de sofrerem interferências da cultura nacional, modificam alguns aspectos dessas construções, mas a organização espacial da aldeia e da casa permanece a mesma.

Por outro lado, a definição de arquitetura vernácula é mais difícil, e para fazê-la de maneira satisfatória, Rapoport (1972, p. 14) descreve sua concepção e construção, constatando que a maioria das casas vernáculas, apesar de os sistemas construtivos também serem conhecidos por todos, utiliza profissionais em suas construções, havendo, assim, uma diferença fundamental entre a arquitetura vernácula e a arquitetura primitiva.

Além disso, existe maior “variabilidade e diferenciação individual” entre os edifícios construídos, se comparados à arquitetura primitiva. Isso ocorre devido a uma maior diversificação das atividades realizadas pelas sociedades tradicionais, consequência da diversidade na divisão do trabalho, que vai além da divisão da idade e do sexo.

Rapoport (1972, p. 15) relaciona as características mais marcantes da arquitetura vernácula:

*Ausência de pretensões teóricas ou estéticas; trabalha com o lugar de implantação e com o microclima; respeito às demais pessoas e suas casas e, em consequência com o ambiente total, natural ou fabricado pelo homem e trabalha dentro de um idioma com variações dentro de uma certa ordem.*

O arquiteto e historiador espanhol Carlos Flores (1985) também tece suas considerações sobre o tema e lista um rol contendo 24 aspectos para definir e condicionar a arquitetura vernácula, entre os quais estão: o “enraizamento” com a terra, o forte caráter rural, o sentido utilitário, a integração com o meio, a não introdução de novidades gratuitas; o sentido de comunidade; a simplicidade nas soluções construtivas; a técnica e os materiais pertencentes a uma era pré-industrial; ausência de estilos históricos.

Pedro de Llano (1996, p. 15), também espanhol, caracteriza a arquitetura vernácula nos seguintes termos: “Longe do esquecimento acadêmico, o conceito de arquitetura abarcou (...) a contemplação de todo o conjunto de transformações do meio realizadas pelo homem para lograr uma melhor qualidade de vida, desde os muros, valos e alpendres até a própria casa de habitação”.

*Edificações intimamente vinculadas a gentes que, século após século, foram quem as ergueu, sem mais experiência do que a tradição, nem mais ajuda do que a da própria comunidade. Edificações que parecem nascer como um prolongamento da paisagem e do caráter do homem que as vai habitar, dando lugar a uma arquitetura que pela sua identificação com cada país e com as mais imediatas necessidades do seu povo, constituirá um dos seus mais destacados sinais de identidade. (LLANO, 1996, p. 15)*

Alves de Souza (1985, p. 36-37), por sua vez, considera que a arquitetura vernácula representa uma expressão coletiva que vem da vivência do povo e que se desenvolve “sem propostas teóricas, sem vanguardas intelectuais”.

Rapoport (1972, p. 16) observa que outra característica importante da arquitetura vernácula “é sua capacidade de

agregar, sua natureza não especializada e aberta, tão diferente da típica forma cerrada da arquitetura do desenho de estilo". Essa "qualidade", prossegue o autor, permite acréscimos e modificações, que no caso da arquitetura "erudita" causariam prejuízos visuais e no conceito do estilo.

Como suas qualidades estéticas são tradicionais, não criadas especialmente para cada casa, são transmitidas por gerações. "A tradição tem a força de uma lei respeitada por todos (...). Esse enfoque funciona porque há uma imagem de vida compartilhada por todos, uma hierarquia aceita e, em consequência, um padrão de assentamento também aceito" (RAPOPORT, 1972, p. 16).

As considerações feitas por Rapoport podem ser observadas nas casas bandeiristas, pois todas apresentam tipologias e soluções bastante semelhantes, tanto em sua implantação como nas técnicas construtivas empregadas, demonstrando um modo de vida padronizado daqueles que as construíram e habitaram.



**Figura 3 •** Casa bandeirista Indaiatuba/ SP. Fonte: [www.arcoweb.com.br](http://www.arcoweb.com.br). Acesso em 15/5/2003

Sem fazer distinção entre arquitetura primitiva e arquitetura vernácula, e adotando somente o último termo para ambas, Paul Oliver (1997, p. 1627-1642), em sua **Encyclopedia of vernacular architecture of the world**, volume III, divide o Brasil em áreas com diferentes tipos de arquitetura vernácula, sendo elas: Amazônica; Nordeste (ciclo do açúcar); tribo Bororo; Chapada Diamantina (Bahia); tribo Judjá Juruna; tribos Karibe-aruak-tupi (Parque Nacional do Xingu); tribo Kaiapó; tribo Yukuna; tribo Yanomami; tribo Yagua; tribo Wai Wai; tribo Tukano; tribo Timbira; as casas dos sertanejos; as casas bandeiristas e as casas do ciclo do ouro em Minas Gerais.

O autor utiliza o termo "arquitetura vernácula" para designar tanto a arquitetura primitiva indígena, quanto a arquitetura doméstica do ciclo do ouro em Minas Gerais ou qualquer outra relacionada ao Brasil em sua citada obra.

Paul (1978) considera que a arquitetura vernácula não é apenas a do índio, mas também aquela realizada pelas populações tradicionais, que vivem isoladas do contato com as grandes cidades e das comunidades, cujo passado esteja ligado à economia colonial.

Apesar da falta de diferenciação entre os termos, Paul deixa aberta a discussão sobre o termo ser empregado apenas para a arquitetura indígena de um país, acreditando ser válido também para aquela introduzida ou apreendida pela experiência de outros povos, como ocorre em locais onde houve forte imigração, ou seja, para a arquitetura trazida por colonizadores e imigrantes.

Entre os autores brasileiros que pesquisaram e publicaram trabalhos sobre a origem da casa brasileira, devem ser citados Luis Saia (1992) e Katinsky (1972), que estudaram a casa bandeirista, considerada como um dos exemplos de arquitetura vernácula brasileira, apesar de o termo não ser empregado por eles.

Vasconcellos (1959 e 1977) e Mello (1985), que se dedicaram ao estudo da casa mineira, deram maior destaque à arquitetura doméstica erudita, com a preocupação de compará-la à casa portuguesa.

Castro Faria (1951), fundador da Associação Brasileira de Antropologia, e Carlos Lemos (1979, 1989, 1999), arquiteto e professor da Universidade de São Paulo, também abordaram o tema. Ambos consideraram os aspectos construtivos, arquitetônicos e antropológicos das construções e chegaram a um consenso: a casa apresenta, desde o início da ocupação portuguesa, apenas características da cultura branca, não havendo influências das culturas negra e indígena, e que somente nos primeiros tempos da ocupação o índio (em)prestou a sua contribuição.

Lemos, que tratou da casa brasileira (1989) e da paulista (1999) de um modo abrangente, deu maior destaque às habitações eruditas. Em seu livro **Casa paulista** (1999, p. 22), o autor afirma que a arquitetura vernácula brasileira se aplica somente à arquitetura indígena: "A nossa arquitetura vernácula é a do índio"; e em seu trabalho anterior, **História da casa brasileira** (1989, p. 14-15), definiu:

*A casa vernácula é, portanto, uma expressão cultural. Só pode ser daquele povo e daquele sítio. É uma arquitetura que percorre gerações (...). É a oca do índio, é o iglu do esquimó, é a tenda árabe e pode ser a casa de pedra do camponês de Tras-os-montes (...). Daí se vê que a arquitetura vernácula não é trasladável para outras terras por razões compreensíveis.*

Seguindo em seu raciocínio, Lemos (1989, p. 16) concluiu que a casa no Brasil segue "duas vertentes arquitetônicas distintas", sendo uma delas a arquitetura rural, "com dezenas

e dezenas de variantes formais inspiradas nas arquiteturas vernáculas portuguesas"; e outra, a arquitetura urbana, sem variações pelo território brasileiro. De acordo com o autor (1989 e 1999), a nossa arquitetura vernácula seria a indígena; a outra, realizada pelo povo, sem arquitetos, seria uma arquitetura "paravernacular".

Em relação à pouca variedade de tipologias, Lemos segue a mesma linha de pensamento do engenheiro francês L. Vauthier, cujos estudos sobre a casa brasileira resultaram em uma afirmação, feita no século XIX, que se tornou uma verdade inquestionável para os estudiosos da casa no Brasil. Nesses estudos, Vauthier concluiu: todas as casas brasileiras são iguais, e "quem viu uma, viu todas". A repetição dessa afirmativa nos últimos 150 anos passou a ser lugar-comum em quase todos os textos que trataram da arquitetura doméstica brasileira, apesar de o autor haver sido criticado por sua leviandade e ligeireza de opinião.

Deve-se considerar que em relação à uniformidade verificada naquela época, talvez, o autor tivesse razão ao se referir às casas do meio urbano, que de maneira geral apresentavam semelhanças em seu aspecto, apesar das suas diferentes nuances, dependendo de sua localização. "Um idioma comum a todo o país, mas possuindo seus diferentes sotaques", como afirmou Lemos (1979, p. 38).

Entretanto, em relação ao meio rural e aos pequenos povoados, tal generalização não deve ser aceita, principalmente no Brasil, possuidor de um território tão extenso, com áreas geográficas tão distintas e apresentando diferentes tipos de ocupação, ao longo de sua história, resultado das diferentes formas de produção econômica, que geraram, em cada região, distintas relações entre os grupos sociais e com o próprio ambiente.

Apesar das semelhanças em seus diversos aspectos, da cultura material e imaterial, cada região apresenta traços culturais que a diferenciam das demais, e essas semelhanças e diferenças contribuem para a formação da etnia nacional, mestiça.

Importa lembrar que o branco e seus descendentes, muitas vezes mestiços, conseguiram sobreviver nos trópicos, inicialmente, graças aos conhecimentos dos índios. Darcy Ribeiro (1995, p. 65) aponta que "os saberes indígenas permitiram a adaptação do europeu em outras latitudes".

Nos relatos de Gabriel Soares de Souza, em 1587 (1971, p. 129), o autor afirma que os primeiros portugueses a povoar a cidade real de Salvador ocuparam-se de casas "cobertas de palma ao modo do gentio" e que os mancebos e soldados solteiros adotaram, em um primeiro momento, o costume indígena da moradia em comunidade. Costume que, no entender de Smith (1975, p. 98), estendeu-se pelo século XVII, em Pernambuco, nos alojamentos usados pelos escravos nas terras produtoras de cana-de-açúcar, "cujo sólido arcabouço de toras de madeiras tropicais amarradas com cipó e timbu sustenta paredes constituídas por tramas de galhos tomadas com barro ou protegidas por folhas de palmeira".



**Figura 4 • Mocambos** - Frans Post, 1647. Fonte: [www.pintoreco.com.br](http://www.pintoreco.com.br). Acesso em 10/10/2003

O mesmo ocorreu no início da ocupação das minas, pois, vivendo junto às lavras, os mineradores construíam habitações coletivas bastante toscas, chamadas por Lúcio Costa de “fusão da oca indígena com os montes do Alentejo”.



**Figura 5 • Exploração do ouro em Vila Rica, atual Ouro Preto.** Fonte: **Rugendas e o Brasil**, 2000, p. 225.

Com isso, muito da cultura indígena foi repassada aos colonizadores do Brasil, o que contribuiu para formar uma nova cultura, nem branca nem índia, mas mestiça.

O termo “arquitetura vernácula” foi e ainda é, de modo geral, empregado para designar a arquitetura dos índios, e rechaçado por muitos autores brasileiros para denominar a arquitetura das comunidades tradicionais, já que a maioria considera que esta seja de origem portuguesa, adaptada aos trópicos e implantada pelos próprios portugueses quando aqui chegaram, e por isso não pode ser considerada brasileira.

Nossas três matrizes culturais: a indígena, a africana e a branca possuíam uma arquitetura doméstica própria a cada uma delas. Ademais, as matrizes negra e indígena eram compostas por diferentes etnias, e o branco, também mestiço, era resultado de vários povos que ocuparam a Península Ibérica ao longo de sua história e pré-história.

Essa diversidade cultural refletiu-se na maneira de morar e viver dos brasileiros, e a casa, importante aspecto da cultura material, também recebeu suas múltiplas influências. Com isso, pode-se afirmar que o Brasil possui sua arquitetura doméstica vernácula, com diferentes características, próprias de cada região, com semelhanças e distinções, mas sempre mestiça.

No período colonial, desde os primórdios da conquista, foram os escravos, primeiro os indígenas depois os negros, a mão-de-obra utilizada na construção de casas. Portanto, nada mais natural que empregassem métodos construtivos de suas respectivas culturas.

Isso pode ser observado nas diferentes técnicas construtivas empregadas nas construções domésticas das diversas regiões brasileiras. Nas casas bandeiristas a técnica empregada foi a taipa de pilão, o mesmo ocorrendo nas casas de engenho nordestinas. Nas Minas foi o pau-a-pique a técnica escolhida, mais de acordo com o clima e a orografia de seus sítios.

Dessa maneira, a arquitetura vernácula brasileira, quando analisada sob seus vários aspectos, apresenta tipologias e técnicas construtivas diferenciadas, dependendo da região onde se insere, respondendo ao contexto local, de acordo com o clima e os materiais disponíveis, e reflete o modo de vida de suas comunidades, que por sua vez está ligado a um contexto histórico-social. Todos esses fatores contribuíram para que diferenças surgissem e produzissem uma arquitetura doméstica com características próprias para cada região, influenciadas em maior escala ora pela cultura branca, ora pela cultura negra, ora pela cultura indígena.

Assim, existem diferenças fundamentais entre a arquitetura primitiva e a arquitetura vernácula, como tratou Rapoport, o que obriga à utilização dos dois termos de maneira diferenciada.

Ademais, alguns exemplos de arquitetura vernácula doméstica brasileira ficaram restritos ao Brasil colonial, pois estiveram ligados à forma de produção econômica daquele período, como é o caso das casas-grandes nordestinas com suas senzalas, que se perderam no tempo, e o que nos restou delas foi uma rica iconografia, deixada por Frans Post, no período em que os holandeses invadiram o Nordeste.

As casas bandeiristas, paulistas, por sua vez, tiveram outra sorte e conseguiram sobreviver ao tempo. Hoje, muitas delas estão preservadas, após tombadas, apesar de não serem utilizadas como moradia e muitas delas estarem em condições precárias.

Mas as casas caiçaras, as casas de palafitas da Amazônia e as casas dos povoados mineiros do ciclo do ouro, apesar de ameaçadas de desaparecimento, continuam a ser construídas da maneira do passado e utilizadas por comunidades que preservam aspectos tradicionais da sua cultura, de sua economia e de suas relações sociais, mesmo após sofrerem as interferências de pessoas estranhas a elas, que não compartilham das mesmas tradições.



**Figura 6 • Engenho em Pernambuco**  
- Desenho de Frans Post, 1660. Fonte:  
www.mre.gov.br. Acesso em 30/7/2003.



**Figura 7 • Arquitetura vernácula do ciclo do ouro** – Casa em Lavras Novas, Ouro Preto, MG. Foto da autora/2003

Infelizmente, essas casas simples, feitas de barro e com a sabedoria popular, sempre sofreram preconceito, por serem consideradas “casas de pobre”. No Brasil, os monumentos considerados como patrimônio pelas instituições governamentais são aqueles relacionados à história das classes dominantes, de acordo com Eunice Durham (1984, p. 33). “Os monumentos preservados são aqueles associados aos feitos e à produção cultural dessas classes dominantes. A história dos dominados é raramente preservada”.

Entretanto, “não há identidade sem memória, aqueles que perdem suas origens perdem sua identidade também” (BALLART, 1997, p. 43).

Segundo Ernesto Galdeano (2002, p. 35), “a arquitetura latino-americana deve buscar sua identidade local, sem espírito xenófobo, inserida fortemente no local e nas tradições próprias de nossos povoados”.

As construções que utilizam a terra crua apresentam as seguintes vantagens: baixo custo, conhecimento das técnicas construtivas pelas comunidades tradicionais, facilidade em encontrar os materiais utilizados na própria região, além das climáticas e ecológicas, por se tratar de material biodegradável. Além disso, a sua construção incentiva o espírito comunitário, já que envolve a colaboração de amigos e vizinhos.

Além disso, essas construções apresentam boa durabilidade, desde que empreguem técnicas corretas e materiais adequados. Também se enquadram nos padrões “ecologicamente corretos” e podem ser consideradas bioclimáticas, pois funcionam de acordo com o clima e o relevo da região onde se implantam.

Essa arquitetura, apesar de utilizar técnicas simples e rudimentares, necessita de uma sabedoria, um conhecimento que envolve aspectos técnicos e construtivos, como abordou Rapoport. É preciso chamar a atenção para esse conhecimento, adquirido ao longo do tempo através das experiências de construtores do passado, dos antigos mestres e pedreiros, “incultos, guardiões da boa tradição”, como afirmou Lúcio Costa (1937, p. 91).

Essa tecnologia, entretanto, se encontra ameaçada e a fragilidade das construções vernáculas está ligada principalmente à ocupação turística predatória, à atividade industrial, à forte urbanização e/ou qualquer outra atividade implantada junto às comunidades tradicionais, pré-industriais, sem respeito a seus costumes, suas tradições, descaracterizando e modificando sua organização social.

No caso das casas caiçaras, litorâneas, e das casas dos povoados mineiros, remanescentes do ciclo do ouro, a principal ameaça é o turismo predatório, quando populações provindas das grandes cidades, ávidas pelo consumo de locais tranquilos, invadem sítios historicamente ocupados por essas comunidades tradicionais, descaracterizando sua ocupação original e acarretando forte impacto em sua organização social.

A esse respeito, Maria Rosa Suárez-Inclán Ducassi (2002, p. 1) comenta:

*Diante da invasão dessas referências anódinas e impessoais que inundam o planeta e que em sua origem procedem, em grande medida, de sociedades sem uma larga trajetória histórica e cultural, é oportuno discutir, em termos profundos, o valor da própria identidade.*

De acordo com Pires (2003), o turismo é um fenômeno apropriador, que elege o seu objeto de apropriação e não o contrário, promovendo nesse espaço uma verdadeira revolução, do ponto de vista das alterações que impõe às paisagens e à organização social que compõem as estruturas por ele apropriadas.

Tendo isso em mente, torna-se relevante a conscientização sobre a importância do estudo e da proteção da arquitetura vernácula brasileira.

Por se tratar de um patrimônio cultural, sua manutenção deve ser incentivada junto às comunidades que a detêm, além de haver a conscientização, através da educação patrimonial, daqueles que passam a viver ou conviver junto a elas, a fim de que seja preservada a memória de nossa cultura e de nossa identidade.

Por todos os motivos apontados, é preciso ser estudada, pesquisada e documentada pelos meios acadêmicos. Essas pesquisas tornam-se urgentes, pois vários fatores contribuem para o rápido desaparecimento da arquitetura vernácula, principalmente nos dias de hoje, com os meios de comunicação promovendo uma estandardização da cultura, no fenômeno chamado de “globalização”.

No caso mineiro, os povoados e as pequenas aglomerações que abrigam o patrimônio vernáculo são, em sua maioria, remanescentes de nosso passado colonial, conservam uma escala própria e constituem reservas de um modo de vida que nos dão o testemunho vivo de nossa cultura e de nossa memória, e que ainda hoje personalizam as relações das comunidades residentes e a identidade de seus habitantes.

*É preciso tomar consciência de que a arquitetura de caráter autóctone entranha uma riqueza singular e uma genuína adaptação ao meio específico, produto da sabedoria acumulada por muitas gerações (...) o patrimônio é um recurso escasso, extremamente frágil e não renovável, e é capaz de gerar riquezas e emprego (...), que deve ser salvo primeiro e utilizado depois, mas evitando sempre que um uso inadequado ou degradante conduza ao abuso e destruição do mesmo. (ICOMOS, Seminário Internacional de Ciudades Históricas Iberoamericanas – Reflexões finais - Toledo, 2001)*

## Referências

- BALLART, Joseph. **El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso**. Barcelona: Ariel, 1997.
- BREUER, Marcel, **The philosophy of an architect**. New York: Sun and Shadow, 1956.
- CORBUSIER. Apud VÉJAR, Carlos. **Entre Luis Barragán y Juan Rulfo**. Periódico Excélsior, n. 209, fevereiro de 1989, México.
- COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 13, 1941.
- COSTA, Lúcio. Documentação necessária (1937). In: RODRIGUES, José Wash (Org.). **Arquitetura civil I**. São Paulo: MEC/IPHAN, 1975..
- DIENER, P.; COSTA, M. F. **Rugendas e o Brasil**. Rio de Janeiro: Capivara, 2002.
- FARIA, Castro. Origens culturais da habitação popular no Brasil. **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, Secção de Antropologia, n. 12, out. 1951.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; SILVEIRA, Alzira Malaquias da; FERREIRA, Marina Baird. **Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FLORES, Carlos; BRAVO, F. **Los silos de Villacañas**. Sevilla: Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 1985.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

FREYRE, Gilberto. Casas de residência no Brasil. In: RODRIGUES, José Wash (Org.). **Arquitetura civil I**. São Paulo: MEC/IPHAN, 1973.

FREYRE, Gilberto. **Mucambos do Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Editora Nacional, 1936.

GALDEANO, Ernesto. Globalización versus región en la arquitectura latinoamericana. **Área Digital** n. 1, outubro de 2001. Disponível em: <<http://arq.unne.edu.ar/publicaciones/areadigital/area5/antiores/area2pdf/galdeano.PDF>>.

ICOMOS, Seminario Internacional de Ciudades Históricas Iberoamericanas – Conclusões -Toledo, 2001

KATINSKY, Júlio R. **Casas bandeiristas**: nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo. 1972. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

LEMOS, Carlos. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

LEMOS, Carlos. **Casa paulista**: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 1999.

LEMOS, Carlos. **História da casa brasileira**. São Paulo: Pinsky, 1989.

LLANO, Pedro de. **Arquitectura popular en Galicia**; razón e construcción. Santiago de Compostela: Colexio de Arquitectos de Galicia, 1996.

MELLO, Suzy. **O barroco mineiro**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo. **A fisionomia das cidades mineradoras**. Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, 2001. (Texto para discussão 164).

MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo. **Gênese e estrutura da cidade mineradora**. Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, 2001. (Texto para discussão 163).

MORALES, Francisco J. L. **Arquitectura vernacula en México**. Trillas, 1993.

MORALES, Francisco P. Roldán. **El lenguaje de la arquitectura popular**: arquitectura popular de Castilla y Leon: bases para um estúdio. Valladolid: UVA, 1992.

NOVAES, Sylvia Cayubi. **Habitações indígenas**. São Paulo: Nobel, 1983.

OLIVER, Paul (Ed.). **Encyclopedia of vernacular architecture of the world**. Cambridge University Press, 1997.

PIRES, Ewerthon Veloso. **O turismo como espaço de interesse público**. Disponível em: [www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=1873](http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=1873). Acesso em: 18 nov. 2003.

RAPOPORT, Amós. **Vivienda y cultura**. Barcelona: Gustavo Gili, 1972.

REDFIELD, Robert. **The primitive world and its transformations**. Ithaca: Cornell University Press, 1964.

SÁ, Cristina, Observações sobre a habitação em três grupos indígenas brasileiros. In: NOVAES, Sylvia (Org.). **Habitações indígenas**. São Paulo: Nobel, 1983. p. 103-130.

SAIA, Luis. **Morada paulista**. São Paulo, Perspectiva, 1992.

SEVERO, Ricardo. **A arte tradicional no Brasil: a casa e o templo**. São Paulo: Sociedade de Cultura Artística de São Paulo, 1916.

SMITH, Robert. Arquitetura do período colonial. In: RODRIGUES, José Wash (Org.). **Arquitetura civil I**. São Paulo: MEC/IPHAN/FAUUSP, 1975. p. 97-190.

SOUZA, Ricardo Stumpf Alves de. **Uma reflexão sobre a ideologia da produção arquitetônica nacional**. Brasília: Thesaurus, 1985.

SUÁREZ-INCLÁN DUCASSI, María Rosa. **Ética, patrimônio e identidade: una cuestión de valores y una solución de equilibrio evolutivo**. 2002. Disponível em: < [http://www.albaicin-granada.com/seminari/f\\_prog.htm](http://www.albaicin-granada.com/seminari/f_prog.htm)>.

VASCONCELLOS, Sylvio. **Arquitetura dois estudos**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1959.

VASCONCELLOS, Sylvio. **Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

#### **Endereço para correspondência**

Claudia Mudado Teixeira  
Rua Zodíaco, 845, bairro Santa Lúcia.  
30360-430 - Belo Horizonte - MG  
e-mail: claudiamudado@hotmail.com